MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 103/2013

de 11 de março

A alteração introduzida ao artigo 152.º do Código dos Regimes Contributivos pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, veio prever que os trabalhadores independentes são obrigados a declarar à Segurança Social o valor da atividade desenvolvida, com discriminação dos rendimentos anuais ilíquidos obtidos no âmbito do exercício da respetiva atividade no ano civil anterior, através do preenchimento de um anexo próprio ao modelo 3 da declaração do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Por seu turno o artigo 54.º-A do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, aditado pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2012 de 25 de setembro, estabelece que a referida declaração de rendimento incluirá igualmente os elementos necessários ao enquadramento dos trabalhadores independentes.

O conteúdo da informação constante da declaração assim efetuada é, nos termos legalmente previstos, posteriormente remetido pela Autoridade Tributária e Aduaneira aos serviços da Segurança Social.

A execução daqueles preceitos torna necessária a aprovação do suporte de informação correspondente por Portaria dos Ministros de Estado e das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

Assim, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

1 – É aprovado o *Modelo RC 3048-DGSS*, designado *Anexo SS e respetivas instruções de preenchimento*,

anexos à presente Portaria e que dela fazem parte integrante.

2 – O impresso aprovado destina-se a declarar os rendimentos respeitantes aos anos de 2012 e seguintes.

Artigo 2.º

Cumprimento da obrigação

O anexo referido no artigo anterior deve ser entregue conjuntamente com a declaração de rendimentos Modelo 3 do IRS, no prazo legal estabelecido para a entrega desta declaração e por transmissão eletrónica de dados, através do Portal das Finanças, devendo, para o efeito, o declarante proceder da seguinte forma:

- a) Efetuar o registo, caso ainda não disponha de senha de acesso, no Portal das Finanças, no endereço www.portaldasfinancas.gov.pt;
- b) Efetuar o envio de acordo com os procedimentos indicados no referido Portal.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Em 1 de março de 2013.

O Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Louçã Rabaça Gaspar. — O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Luís Pedro Russo da Mota Soares.

1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B	2 A	NO DOS RE	NDIME	NTOS
Regime Simplificado				
Regime de Contabilidade Organizada 02		04 2		
MODELO 3 Anexo SS Imputação de Rendimentos do Regime de Transparência Fisal 03				
3 TITULAR DO RENDIMENTO				
Nome 05				
N.º de Identificação Fiscal 06 N.º de Identificação de Segurança Social 07 N.º de Identificação de Segurança Social 08 N.º de Identificação de Segurança 08 N.º de Identificação de Identificação de Segurança 08 N.º de Identificação de Seguranç				
No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da Categoria B 08				
4 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B		VAI	LOR	
Vendas de mercadorias e de produtos	401			,
Subsidios à exploração	402			,
Mais-valias respeitantes a bens afetos à atividade de prestação de serviços	403			,
Mais-valias respeitantes a bens afetos à atividade de produção e venda de bens	404			
Prestação de serviços efetuados a pessoas singulares sem atividade empresarial	405			,
Prestação de serviços efetuados a pessoas coletivas ou a pessoas singulares com atividade empresarial	406			,
SOMA				,
5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		VA	LOR	
Lucro tributável dos titulares de rendimentos da categora B abrangidos pelo regime de contabilidade organizada, previsto no CIRS, para efeitos de apuramento do Rendimento Relevante	501			,
Matéria coletável imputada ao sócio por sociedade(s) de profissionais sujeita(s) ao regime de transparência fiscal, definida na alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do CIRC	502			,
SOMA				,
6 IDENTIFICAÇÃO DOS ADQUIRENTES E RESPETIVOS VALORES DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO COM ATIVIDADE EMPRESARIAL RELEVANTE PARA O APURAMENTO DAS ENTIDADES CONTRATANTES				
Para efeitos de apuramento das entidades contratantes os serviços prestados obrigam a identificar os adquirentes?	Sim	1	Não 2	2
Se assinalou o campo 1 indentifique o(s) adquirente(s) e o(s)respetivo(s) valor(es) do(s) serviço(s)				
N.º de Identificação do adquirente do serviço		VALOR		
NIF / NIPC Português País N.º Fiscal estrangeiro				
				,
				,
				,
		-		,
				,
		-		,
				,
				,
				,

ANEXO SS

QUADRO 1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B

QUADRO 3 | IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO

Campo 05 – Deve preencher o campo 05, indicando o nome completo do titular dos rendimentos Para efeitos do presente anexo, consideram-se abrangidos pelo regime dos trabalhadores indeper

- As pessoas que exercem atividade profissional por conta própria (geradora de rendimentos a que 4.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares CIRS);

- Os produtores agricolas (que exerçam atividade profissional na exploração agricola ou equiparada); Membros de cooperativa de produção ou de serviços que estejam abrangidos pelo regime dos trab
- Os trabalhadores intelectuais (autores de obras protegidas nos termos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conquisture que seja o género, a forma de expressão e o modo de divulgação e utilização das respectivas obras); Os empresarios em nome individual com rendimentos decorrentes do executio de qualquer atividade comercial ou industrial, nos termos da altinea e) do n.º 1 do artigo 3 do Otto. Os titulares de Estabelectimento individual de Responsabilidade Limitada.

NOTA: As pessoas que exercem atividade no estrangeiro por período determinado e se mantenham abrangidas pelo trabalhadores independentes em Portugal devem igualmente preencher este anexo.

QUADRO 4 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B

Campo 501 – Indicar o valor total do lucro tributável. Caso apresente prejuizo fiscal deve preencher este campo com zeros Campo 502 – Indicar o valor da matéria coletável imputada ao sócio por sociedade(s) de profissionais sujeita(s) ao regime de trar

Assinale **Sim** (campo 1), se os serviços prestados são relevantes para efeitos de apropreencher o quadro com os seguintes elementos:

- Identificação do adquirente: NIF / NIPC em Portugal, código do país, NIF no estrangeiro
- Valor total ilíquido dos serviços prestados a pessoas coletivas ou a pessoas singulares com atividade anterior, preenchendo uma linha para cada adquirente.

ale Não (campo 2), caso se encontre numa das seguintes situações no que se refere aos serviços prestados no âm

- ss:
 ougados e solicitadores (alínea a) do n.º 1 do artigo 139.º do CRC);
 balhadores que exerçam em Portugal atividade por corta própria com caráter temporário e provem o seu en
 ime de proteção obligatión coutro pois (alínea c) do n.º 1 do artigo 139.º do CRC);
 balhadores independentes cuja prestação de serviços só possa ser desempenhada como trabalho independe
 , designadamente notários, amas, agentes innobilários, agentes de seguros, etc. nº 4 do artigo 159.º do CRC);
 trabalhadores independentes isentos da obrigação de contribuir (nº 4 do artigo 150.º e artigo 157.º do CRC);

São consideradas Entidades Contratantes, as entidades adquirentes que beneficiaram de, pelo menos, 80% dos serviços pre pelo trabalhador independente, no ano dos rendimentos a que se refere a declaração.